

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.160 - PR (2019/0246817-7)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO  
**ADVOGADOS** : MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - PR015348  
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR024498  
**ADVOGADOS** : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129  
PRISCILA KEI SATO - PR042074  
**AGRAVADO** : DIVAIR TELES FARIA  
**ADVOGADO** : EVANDRO JOSÉ LAGO - PR066926

### DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto pelo KIRTON BANK S.A. - BANCO MÚLTIPLO contra decisão que inadmitiu o recurso especial, no qual discute-se, dentre outras questões, a legitimidade passiva do ora agravante.

É o relatório.

Decido.

1. Discute-se no apelo nobre, dentre outras questões, a legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S/A para responder pelos encargos advindos de expurgos inflacionários relativos a cadernetas de poupança mantidas perante o extinto Banco Bamerindus S/A, em decorrência de sucessão empresarial havida entre as instituições financeiras, bem como a legitimidade ativa do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública.

As referidas controvérsias foram afetadas pela Segunda Seção desta Corte à sistemática de recursos especiais repetitivos, cadastradas como **Temas 1.015 e 948**.

Ademais, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em todo território nacional, nos termos do artigo 1037, inciso II, do CPC.

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015) não possui carga decisória, por isso se trata de provimento irrecorrível.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

2. Do exposto, determino à restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo das matérias submetidas à sistemática dos recursos repetitivos (**Temas 1015 e 948**) e eventual retratação prevista nos arts. 1.040, inc. II, e 1.041, ambos do CPC.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

